

Na contramão do trato com os materiais indígenas: a Coleção Arqueológica do Museu Histórico Lauro da Escóssia

Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva
Graduado e Especialista em História – UFRN
abrahaosanderson@hotmail.com.br

Resumo

As instituições museográficas fomentam sempre algum tipo de construção visual como forma de explicar sobre determinados assuntos. Sempre dotadas de um caráter político e identitário muito intenso, as coleções de artefatos dessas instituições evidenciam contradições e reforçam ideologias presentes em obras de cunho científico, muitas vezes criam mitos. Sob essa perspectiva é que a coleção de artefatos arqueológicos do Museu Histórico Lauro da Escóssia foi analisada, ou seja, este artigo refere-se ao suporte apenas historiográfico utilizado na prática com objetos de uma coleção que também é arqueológica, muito embora não tenha sido adquirida por meio desta prática.

Palavras-chave

Museu, Arqueologia, Coleção.

Abstract

The museums while institutions they motivate always some type of vision construction as form of exposing certain subjects. Always endowed with a political character and of identity very intense, the collections archaeological workmanships of those institutions they show contractions and they reinforce ideologies presents in works of scientific character; a lot of times create myths. Under that perspective it is that the collection of indigenous workmanships of the Historical Museum Lauro of Escóssia was analyzed, in other words, that article just refers to the support historical used in practice with objects of a collection that is also archaeological, very away it has not been acquired through this practice.

A 'visualização do passado' não está restrita a uma relação pessoal com os objetos através do que Stephen Bann chamou de 'valor de época'¹, é também uma forma contínua de acumulação

e ordenação de objetos em espaços físicos. Assim, podemos dizer que a formação destes espaços é o produto de um caminhar gradual do qual a formação dos museus, enquanto instituições mantenedoras de uma memória patrimonial, não pode ser dissociada.

Contudo, as nuances deste processo vicejam pormenores como noções de temporalidade e valor que o espaço europeu e, mais especificamente, o de países como a Itália e a França, este último de forma mais marcante, buscaram delimitar durante os séculos XVIII e XIX. Neste contexto, notamos que as próprias idéias de tempo e de significado, entendido aqui como valor simbólico, tornaram-se passíveis de discussões, pois, quando tomamos suas definições o mais estritamente possível percebemos

que se destacam, essencialmente, duas noções de temporalidade: aquela do tempo que irremediavelmente escoou, e, uma outra, do tempo que dura (...) isto é, uma projeção do futuro ou, diferentemente, uma volta ao passado.²

Na mesma medida o significado dos monumentos, ou objetos, pode ser notado

em relação a três critérios separados: seu 'valor artístico', seu 'valor histórico' e seu 'valor de época'. Dos dois primeiros, pouco precisa ser dito, exceto que eles correspondem a diferentes modos de materializar e distanciar o 'monumento', seja por dar a ele um certificado de excelência atemporal, seja por atestar a relevância para uma determinada seqüência de eventos passados. Mas 'valor de época' é bem diferente. Trata-se de uma propriedade perceptível do edifício (ou objeto) que dificilmente é mediada (...) por algum conhecimento especial de arte ou história.³

Destarte, voltar ao passado por meio de um objeto que denota o seu valor histórico travestiu-se, para alguns colecionadores, de uma visão do passado por um apego, um valor de época, a um objeto no sentido de que, apesar de ser possível se projetar o futuro distanciando-se do passado, uma vez que este já se encontra 'materializado' no objeto, não é possível deixar de aquiescer ao conceito de 'valor de época', criado no século XIX e que representa uma atitude de vinculação ao objeto e que, também, não necessariamente carece ser revestida por um saber de ordem teórica.

Valorizar um dado objeto não por suas propriedades explícitas, ou intrínsecas, mas sim por sua significância e possibilidade de visualizar o passado é algo observado como sendo a mesma 'atitude antiquária' descrita por Nietzsche. Foi justamente esta atitude antiquária para com os objetos, inpingindo-lhes atributos afetivos, que formulou uma idéia mítica de possibilidade de ressurreição do passado por intermédio do processo de recuperação histórica ou arqueológica dos materiais.

Mas é claro que os antiquários não simplesmente juntam objetos e oferecem aos motes para contadores de História populares. Até Bryan Faussett cuidou de arrumar seus estimados objetos na forma de um pavilhão,⁴ onde cada relíquia e inscrição teria contribuído para um efeito global que era mais do que a soma de suas partes.

Assim, podemos notar que o estudo de uma coleção ou de um museu não obnubila uma análise do *hábito secular de colecionar que está na origem dessas instituições*.⁵ Sem esta etapa de desenvolvimento ficaria vedada a possibilidade de observação do sentido amplo que implica a visualização de uma obra, notada a partir do viés de valorização do que a observação direta desta tem a oferecer no concernente a apreensão de suas características e da conseqüente atribuição de seu valor de época. Dessa forma é que *a idéia de museu aparece como espaço de exposição pública que reúne, dá visibilidade e permite acesso direto às obras*.⁶

Sob vários aspectos é possível perceber que esta aglutinação dos objetos expostos como que a incitar a formação de uma espécie de discurso foi uma empreitada iniciada nos últimos decênios do século XVIII e demandava, para uma melhor eficácia do ‘templo da memória’, uma adaptação dos lugares para receber as coleções que, sobretudo naquele momento, eram em sua maioria pertencentes à realeza.

Estas adaptações teriam como elementos essenciais itens como: a segurança das obras e *o aspecto físico e ambiental de conjunto, já que eu afirmaria sem receio que a recriação histórica implica atenção particular a aspectos tais como a iluminação geral do espaço*.⁷ Além disso, temos *o aparecimento de uma legislação de proteção do patrimônio artístico, concebido como elemento fundador de uma identidade coletiva*.⁸

Bom, parece que sem estes esforços físicos, ambientais e jurídicos, como também sem as buscas por uma mudança do espaço privado para o público no que diz respeito à visualização das obras e também sem a procura por uma ‘cientificidade’ no que tange ao exercício de elaboração e aplicação de conceitos, todos estes esforços corroborados no século XVIII, é possível que o século XIX jamais houvesse se tornado o ‘século dos museus’.

Algo que ainda pode se acrescentado a estes preceitos relacionados com a instituição museográfica e que, embora tenham surgido no século XVIII não mudaram durante o século XIX, foram a observação do museu sob dois aspectos: *‘lugar ideal de ensino e de pesquisas fundadas em textos e em instrumentos científicos, mas também lugar de memória composto com os retratos daqueles que se distinguiram nas atividades do espírito’*.⁹

Desta feita, os museus pretendiam e em alguns casos até hoje pretendem, dar relevo a uma espécie de memória didática iconizante, pois, mesmo prestando-se as benesses da ação

pedagógica ainda assim mantinham-se como divulgadores de um passado em certa medida mítico e em sua essência também iconizante.

Associado a este processo ocorreu na França de governo revolucionário o fomento de uma idéia de progresso sustentada por uma Arqueologia nascente, uma vez que *os artefatos em pedra que até então tinham sido coletados, de forma dispersa, passaram a ser relacionados a sociedades européias antigas e anteriores ao conhecimento do ferro.*¹⁰ Também houve, nessa mesma França e já no século XIX, a legitimação do espaço do museu como um compêndio de conservação, estudo e produção de conhecimento, tarefas as quais demandaram métodos e técnicas aglutinados no que podemos caracterizar como museologia. Talvez por isso é que se possa hoje ter conhecimento da relação de mediação desempenhada pelo museu, no que diz respeito a relação com os objetos, pois:

as várias transformações de que o museu foi alvo ao longo deste século, sua multiplicação em diversos países do mundo e, principalmente, a abrangência praticamente ilimitada de objetos que engloba indicam que ele é um dos lugares-chave para se entender as sociedades modernas e a forma pela qual elas se fazem representar.¹¹

No Brasil, contrariamente ao contexto europeu em que a partir de 1830 proliferaram museus e sociedades científicas – principalmente as de arqueologia e de antropologia, durante muito tempo a ‘ciência’ que se fez era executada apenas pelos homens que caminhavam por paragens brasileiras perscrutando através de seus intérpretes, pois eram em sua grande maioria estrangeiros, sobre a fauna, a flora e demais informações ‘científicas’ a respeito das terras que eles avistavam. Sob o beneplácito real o Brasil tornou-se o país dos naturalistas, ou dos viajantes

em busca de espécimes para as suas coleções. A palavra de ordem era salvar o que mais se pudesse, uma vez que imperava a idéia de que essas culturas se extinguiriam, estando os ‘vestígios’ mais bem preservados nos museus metropolitanos.¹²

A época dos naturalistas viajantes foi aos poucos sendo superada de modo que podemos dizer que a pesquisa científica no Brasil só ‘decolou’ a partir da década de 1870 devido ao ingresso no país de novos modelos científicos

evolucionismo, positivismo, e naturalismo começaram a penetrar o país a partir dos anos 1870. Paralelamente, uma elite intelectual brasileira começou a se organizar em torno do debate romântico sobre os fundamentos de uma ‘cultura nacional’. A criação de museus locais, brasileiros, veio de certa forma refletir estes novos ideais contrapondo-se aos legados metropolitanos e à ótica colonial.¹³

A partir de 1870 ocorreu a criação de três grandes museus, ou institutos de pesquisa, que podem ser considerados como sendo os responsáveis pelo início da arqueologia brasileira, sendo

estes: o Museu Nacional (de origem monárquica), o Museu Paulista (republicano) e o Museu Paraense (organizado pela iniciativa de Domingos Soares Ferreira Penna). Fundados em meio a um contexto onde os grandes embates marcaram as disputas entre republicanos e monarquistas, o Museu Paulista e o Museu Nacional transferiram um pouco destas “contendas” para o campo da pesquisa científica brasileira entre o final do século XIX e início do século XX. Já na região amazônica as primeiras escavações foram procedidas por Emílio Goeldi e K. Rath – dos idos de 1882 até 1900.

Não bastasse isto, cabe ressaltar ainda que *a perspectiva colonial, do europeu branco explorando um passado exótico e distante, predominou até a institucionalização da arqueologia dentro dos museus e centros de pesquisa científica, a partir do século XIX.*¹⁴ A partir dessas novas idéias é que temos um final de século XIX também conhecido no Brasil como a *Era dos Museus.*¹⁵

Tendo como principal meio de sustentação uma vinculação com a história natural, o saber formado nesses centros de pesquisa pautava-se em exemplos europeus tanto na práxis científica, onde quem ditou as regras durante muito tempo foram os estrangeiros, quanto na forma de divulgação de seus trabalhos visto que as revistas, arquivos ou boletins desses museus pareciam muito mais uma forma de relacionar-se com os museus estrangeiros do que espaços para discussão e propagação das pesquisas brasileiras.

Apesar disto, o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista contribuíram para a sedimentação no país de várias ciências e, principalmente, daquelas que, como a antropologia e a arqueologia, estavam dando seus ‘primeiros passos’.

O papel destes novos museus (...) foi decisivo para o desenvolvimento da arqueologia no país, não só na forma como a pesquisa foi institucionalizada mas também ao definir os modelos científicos de produção do conhecimento. Neles, antes de mais nada, a arqueologia e a etnologia ganharam espaços próprios, apesar de secundários em relação à botânica, à zoologia, e à geologia, enfim, às ‘verdadeiras’ ciências naturais.¹⁶

Durante o último quartel do século XIX e as três primeiras décadas do século XX importantes coleções de materiais arqueológicos foram montadas por estas instituições, podendo, depois, serem utilizadas na elaboração de obras com caráter mais didático bem como serviram, também, para a caracterização cultural, principalmente, de grupos pré-coloniais na região amazônica. Atualmente, os resultados advindos de pesquisas baseadas na análise de coleções não são bem aceitos pelos pesquisadores brasileiros, entretanto, há que se reconhecer a importância que tal procedimento metodológico teve nos auspícios da ciência arqueológica no Brasil e também a relevância dos museus Nacional, Paraense e Paulista para a ciência arqueológica brasileira.

De maneira geral, podemos dizer que a presença de três museus etnográficos em solo brasileiro ao menos em teoria tentou prenunciar uma unidade de métodos científicos que não foi vista. Apesar disto, não se pode esquecer o papel desses museus, pois, sem o intento de se chegar ao homem por meio da fauna e flora, classificando-a, hierarquizando-a e expondo seus atributos nos museus jamais se teria aberto espaço para pesquisas em solo brasileiro, feitas por brasileiros e com o intuito de ampliar e divulgar os trabalhos dos pesquisadores do Brasil.

A orientação dos estudos feitos nestes museus fosse de qual fosse a ciência, possuía vinculação com um tipo bem específico de classificação, onde o evolucionismo social era alcançado por meio de analogias biológicas, ou seja, de uma forma em que os grupos sociais eram substituídos por organismos vivos. O foco direcionava-se para uma seriação da vida humana, valendo buscar as raízes mais ‘atrasadas’ da humanidade. *No caso brasileiro, no entanto, a noção de evolução social se viu diretamente associada ao problema da raça e de suas possíveis implicações.*¹⁷ Os museus tornam-se o reflexo, talvez indireto, de discussões sócio-políticas e atuaram na vanguarda de idéias relacionadas ao atraso proporcionado pela miscigenação. Não bastasse isto, tentaram, das mais variadas formas, estudar e apontar na direção de um processo de branqueamento da população que aumentaria a cada ano. Contudo, o século XX surgiu para os museus etnográficos brasileiros como o prenuncio de que mudanças eram necessárias caso essas instituições pretendessem permanecer vivas.

As principais mudanças relacionadas aos museus podem ser comparadas na realidade a uma retomada dos princípios que pareciam estar caminhando para uma definição ainda no século XIX, os quais seriam: 1) O incentivo a pesquisa para a formação do acervo dos museus e o conseqüente treinamento dos pesquisadores que abalizavam as instituições museográficas, em suas variadas áreas do saber; 2) A implementação de um componente didático nas exposições como forma de relação com o público em geral.

Porém, estas alterações parecem ter se vinculado mais a esfera destas instituições já tradicionais e também antigas. Contextos diferentes puderam ser observados em regiões diversas do país e em alguns locais o binômio pesquisa científica e componente didático das exposições não esta presente, principalmente, por causa de fatores como a ausência de pessoal capacitado para a pesquisa e cuidado com os objetos que compõem as coleções dos museus e também devido ao desdém com que as autoridades públicas tem tratado os bens patrimoniais brasileiros.

Variadas coleções foram compostas e no mais das vezes não foram estudadas, ou o seu teor não foi transmitido à sociedade ou a comunidade acadêmica. Um exemplo deste tipo de ação pode ser observado com a Coleção Arqueológica do Museu Histórico Lauro da Escóssia, Mossoró

– Rio Grande do Norte. Os artefatos indígenas deste museu, apesar de serem arqueológicos não foram adquiridos nem são abordados sob esta óptica, na contramão de museus que são centros de pesquisa e fulcro de atividades pedagógicas, o Museu Lauro da Escóssia travestiu-se apenas de concepções teóricas unívocas e em certa medida tradicionais.

O Museu Histórico Lauro da Escóssia e sua Coleção Arqueológica

Não é de se admirar o fato de que a institucionalização do mais antigo museu do estado tenha surgido a partir da vontade política de um grupo de intelectuais da região Oeste do Rio Grande do Norte secundados pelas ações de um dos líderes políticos daquela área. Congênere ao princípio de aglutinação de uma elite intelectualizada, tivemos na administração do prefeito mossoroense Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia, 1948- 1952, uma ocasião propícia para o *alevramento cultural dos mossoroenses*.¹⁸

Nesta época, formou-se uma comissão, mais especificamente em abril de 1948, com o objetivo de assentar as bases para a criação de uma biblioteca municipal que deveria tornar-se o *meio eficiente de atender aos desejos de aprimoramento de cultura, dos que não tinham poder aquisitivo (...) e também de despertar outras tantas vocações, para as letras e para as ciências*.¹⁹

Esta comissão contribuiu para a fundação de dois núcleos de cultura na chamada 'capital do Oeste potiguar', a Biblioteca Pública Municipal e o Museu Histórico Municipal, ambos considerados parte integrante *do programa cultural de maior envergadura neste município sob o patrocínio da administração pública*.²⁰ O museu surgiu em prédio anexo à biblioteca pública, o prédio do clube Ypiranga, e ao contrário de sua irmã gêmea, pois ambos foram criados em 30 de setembro de 1948, não possuiu um ato oficial que o instituísse, vindo tal fato a ocorrer apenas em abril do ano seguinte.

Dos idos de 1948 até 1972 o andar térreo do clube Ypiranga foi o lugar onde se acomodou o acervo do Museu Municipal, porém, em princípios da década de 1970 o acervo do museu iniciou um nomadismo do qual só foi apartado em fins da primeira metade da década de 1980.

Quando foi percebido que a biblioteca pública estava carente de mais espaço físico, a área escolhida para a ampliação foi justamente a que era ocupada pelo museu. Dessa forma, a partir de 1972 o Museu Municipal de Mossoró foi sacrificado em detrimento de outro projeto e *este sacrifício*

*valeu-lhe, além do fechamento durante cinco anos, o desfalque de algumas coleções cujas peças foram roubadas ou deterioradas pelas más condições de guarda.*²¹

O acervo do Museu Municipal ficou encaixotado durante muito tempo, até que com início da administração do prefeito João Newton da Escóssia o museu passou a ocupar alguns cômodos em um local na rua Trinta de Setembro. Sujeito aos avanços e revezes da administração pública, tal qual outras instituições, o acervo do Museu de Mossoró sofreu bastante devido, principalmente, ao fato de que: *algumas administrações postas à sua frente, nomeadas apenas por conveniências político-partidárias municipais, não justificaram a ocupação do cargo, contribuindo para a inércia e o abandono a ele dedicado.*²²

A participação do jornalista Lauro da Escóssia à frente da direção do museu ainda na década de 1970, tencionava uma mudança neste quadro. Contudo, Lauro da Escóssia subordinava-se a uma realidade pública institucionalizada que suplantava em muito seu zelo para com o acervo do Museu de Mossoró, que anos mais tarde foi batizado de Museu Histórico Lauro da Escóssia em homenagem a incansável luta desse pesquisador.

Lauro da Escóssia pleiteou durante muito tempo a transferência do museu para uma sede mais ampla e quando o governo do estado, através da Fundação José Augusto, acenou com a possibilidade de alojar o museu histórico nas dependências da antiga Cadeia Pública de Mossoró ele ficou por muito tempo na expectativa da mudança, visto que, aos seus olhos, *com o funcionamento do museu na antiga Cadeia Pública, todo o problema de espaços estaria solucionado, inclusive com condições de se adquirir um maior número de peças, pois então teriam um local mais amplo, para expor o acervo.*²³

O lugar da antiga Cadeia pública foi tombado pelo Patrimônio Nacional em 1980 e em 1984 passou a funcionar como Biblioteca Pública e Museu Municipal, partes do, naquele momento instituído, Centro Cultural Manuel Hemérito. A nova simbiose destes estabelecimentos mais uma vez imputou ao museu um papel secundário e, embora em melhor situação do que na rua Trinta de Setembro, os encarregados do museu tinham agora que distribuir seu acervo nas seis salas do andar superior do Centro Cultural.

Biblioteca e museu coabitaram o mesmo espaço até o final da década de 1990 e a partir do ano 2000 o museu passou a enfrentar as intempéries de uma vida quase que solitária e, às vezes, desprovida de qualquer apoio institucional. Daí porque em 2002 o museu passava

por reformas há mais de dois anos e por estar com obras concluídas, já deveria ter sido entregue à população. No entanto, um novo contrato para um trabalho imprescindível foi feito: o de organização do acervo do museu. Estes trabalhos devem ser finalizados até o início de junho deste ano e possibilitarão uma melhoria substancial ao museu.²⁴

Estas intempéries parecem estar sendo suplantadas neste momento, já que a poeira dos caixotes e prateleiras começa a ser retirada e a reforma iniciada quatro anos atrás parece inclinar-se a um êxito. A muito aguardada temática do museu parece estar definida como sendo ‘A terra e o homem do Oeste potiguar’ e a nova forma de dispor o acervo concentra-se

em 10 núcleos expositivos que seriam: geografia, os seres vivos que aqui viveram antes de nós, arqueologia, tentativas de povoamento da região Oeste, o criatório de gado e a formação do povoado, a evolução econômica, o movimento abolicionista, a imprensa mossoroense, o Cangaco em Mossoró e a cultura material.²⁵

Observa-se que esta forma de disposição visa contemplar as variadas categorias de documentos presentes no Museu Lauro da Escóssia, categorias que desde o surgimento do museu em 1948, quando possuía 512 peças, tem sido constantemente ampliadas.

Entre todas as peças do museu as mais procuradas são as que se relacionam com a Abolição da Escravatura no município e a entrada de Lampião em Mossoró. Quem mais procura estas peças são os alunos de 1º e 2º Grau e até mesmo universitários, nas épocas das comemorações.²⁶

Apesar desta preferência do público alvo do museu, em meio ao qual hoje se pode incluir o elemento turístico, duas outras coleções são substancialmente importantes e outrora receberam bastante atenção, tendo inclusive um *desenvolvimento maior*²⁷, que são as coleções de paleontologia e arqueologia. A Coleção de Arqueologia foi detentora durante a década de 1950 de uma *posição de relevo dentre os congêneres do Nordeste. Posteriormente, outros museus da região Nordeste tiveram vantajosamente enriquecidas as suas seções de arqueologia.*²⁸

Embora todas as coleções museográficas sejam passíveis de uma ação ideológica, reporto-me aos materiais arqueológicos justamente por tratarem-se de vestígios pertencentes a *sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais.*²⁹ Assim sendo, a coleção arqueológica representa os primeiros produtos culturais das populações que outrora habitaram o Rio Grande do Norte e mais especificamente o Oeste potiguar. Essa coleção faz parte de uma herança que embora impedida de corresponder a uma linha de descendência direta com a contemporaneidade, pode sim atuar como elemento de relação com o nosso passado.

Justamente pelo fato desses objetos pertencerem ao nosso passado é que fazemos uso de um esclarecimento de ordem conceitual no que diz respeito à expressão ‘coleção arqueológica’. Tal conceito está imbuído de uma generalização tipológica concernente aos materiais advindos de

grupos humanos ágrafos em solo brasileiro, uma vez que o conjunto desses materiais também pode ser denominado de ‘coleção indígena’.

Tal aceção pode ocorrer pelo fato de não existirem materiais pertencentes à sociedade ágrafas brasileiras, seja pré ou pós-contato interétnico que não seja indígena, uma vez que este topônimo foi empregado originalmente pelos europeus para designar os aborígenes americanos e suas produções, sendo solidificado ao longo de séculos como epíteto classificatório das populações autóctones, dentre as quais aquelas que moravam no Brasil.

Levando-se em conta tal asserção, podemos dizer que grande parte do conhecimento arqueológico brasileiro possui relação com um período pré-cabraliano e também que *a arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas*.³⁰

Destarte, cabe ressaltar que o estudo de coleções arqueológicas não só no Brasil, mas no restante do mundo teve um caminhar diferenciado, indo desde a principal fonte de pesquisa para os que trabalhavam em arqueologia até ao descredenciamento dos que trabalhavam com coleções. Na atualidade percebe-se que *explorar o potencial científico de coleções representa uma opção metodológica defendida por diferentes vertentes de pesquisa*.³¹

Esta mudança de concepção possui origem em percepções, ou linhas teóricas, que creditam valor científico a coleções obtidas por meio de métodos rigorosos, sem, é claro, desconsiderar os outros tipos de coleções agregadas através de um ‘valor de época’ desprovido dos critérios da ciência moderna, desde que este tipo de coleção, tal qual a primeira, também se preste a generalizações e a resolução de questões no âmbito das investigações arqueológicas.

Enquanto coleção arqueológica e museográfica seguramente o Museu Histórico Lauro da Escóssia possui a mais expressiva e relevante do estado, embora outrora também tenha possuído a mais numerosa (Gráfico 1). Os materiais presentes no Lauro da Escóssia são provenientes de várias regiões do Rio Grande do Norte (Litoral, Agreste, Seridó e Oeste), computando aquisições oriundas de aproximadamente vinte municípios, isto de acordo com o levantamento do acervo do museu feito no ano de 2002, onde não aparece o local de origem de 23% das 286 peças catalogadas na coleção arqueológica.



Gráfico 1. Variação nas peças do Museu Lauro da Escóssia

As localidades que mais contribuíram com materiais para esta coleção do Museu Lauro da Escóssia, curiosamente são as menos pesquisadas no Rio Grande do Norte até hoje (Figura 1), diga-se de passagem, que a grandeza do potencial do estado para materiais indígenas é inversamente proporcional a quantidade de pesquisas já executadas.

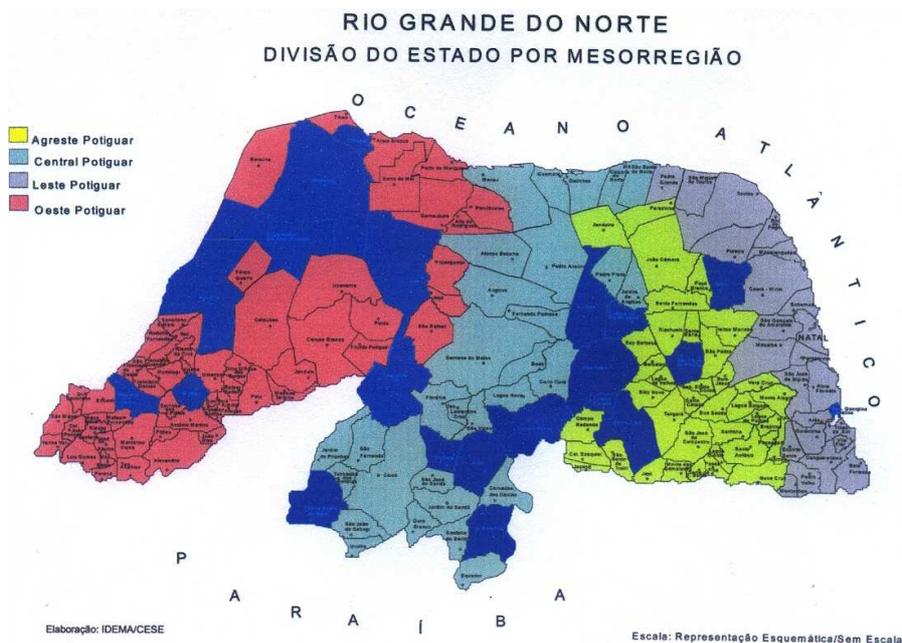


Figura 1. Mapa com destaque para os municípios de origem das peças da Coleção Arqueológica do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

tem-se simplesmente mais da metade das atuais 220 peças da coleção indígena do Museu Lauro da Escóssia com origem conhecida. Não bastasse isto, Caiçara do Rio dos Ventos, Lajes, Taipu, São Paulo do Potengi, São Tomé, Lajes Pintadas e Santa Cruz foram os locais de origem de aproximadamente 25% das peças dessa coleção.

Essa coleção é formada por *pontas talhadas, lâminas de machado polidas, mós, almoxarifes e mãos de almoxarifes, além de contas de colares de quartzo verde*.³² Ainda com relação aos materiais líticos salientamos um tembetá de amazonita. Os *almoxarifes e moinhos manuais, deviam acompanhar restos de cerâmica que, infelizmente, não foram recolhidos na época do achado*.³³

Embora tal fato seja característico nessa coleção do Museu Lauro da Escóssia, ou seja, a pouca presença de materiais cerâmicos, na coleção constam cachimbos feitos de barro e outrora constou um esplêndido vasilhame cerâmico (Figura 2), proveniente de Jucurutu, com decoração em sua parte interna e em suas bordas, como que a se contrapor à idéia de que os habitantes do sertão eram artífices de *uma cerâmica grosseira (...) mal cosida, com grande quantidade de grânulos*.³⁴

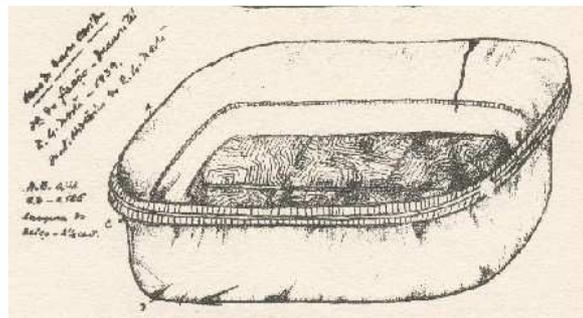


Figura 2. Vasilhame cerâmico de Jucurutu/RN. Desenho: Oswaldo Lamartine.

Assim sendo, podemos notar que os grupos humanos responsáveis pela manufatura das peças arqueológicas dessa coleção poderiam estar associados a práticas agrícolas bem sedimentadas, uma vez que além dessa peça existem instrumentos típicos das lides com sementes ou vegetais que são abundantemente encontrados no Museu Lauro da Escóssia.

A dieta alimentar baseada em vegetais pode ser relacionada com a maioria dos objetos, mas não parece ter sido a única variante protéica das comunidades indígenas de onde saíram os artefatos, já que a coleção também apresenta pontas de projétil feitas em rocha (Figura 3) e estas eram comumente utilizadas por grupos de caçadores indígenas que poderiam associar a caça com a colheita, ou coleta



Figura 3. Coleção de pontas de projétil do Museu Lauro da Escóssia. Foto: Abrahão Sanderson.

de vegetais, ou abster-se dos vegetais em prol apenas da caça.

Agricultores, caçadores, ou os dois juntos, as sociedades que executaram implementos para melhorar suas condições de vida também fizeram objetos de uso cotidiano que simbolizam parte de seus hábitos culturais como os do uso de colares ou de tembetá, utilizados praticamente em todas as sociedades indígenas brasileiras e que são dotados, em muitos casos, de um sentido de beleza estética bastante vívido. O uso desses adornos atuava, principalmente, como elemento de diferenciação social ou como

parte constitutiva de elementos cerimonialistas, conforme pode ser inferido a partir dos cachimbos indígenas encontrados na coleção do Museu Lauro da Escóssia (Figura 4), ricamente decoradas essas peças



cerâmicas podem facilmente estar associados às práticas culturais dos grupos que os conceberam.

Figura 4. Coleção de cachimbos indígenas do Museu Lauro da Escóssia. Foto: Abrahão Sanderson.

Em vários casos os usos das peças da Coleção Indígena do Museu Lauro da Escóssia podem ser apenas inferidos a partir de relatos etnográficos. Tal acontecimento surge justamente porque o fator benéfico de aglutinação destas peças no museu e não em uma coleção particular, também tornou-se malévolu devido ao fato de como estas peças ingressaram no Lauro da Escóssia.

Trazidos à mão livre, em carro de mão, embalados em jornal, colocados dentro de uma caixa, ou simplesmente expostos ao tempo é que parecem ter adentrado a quase totalidade dos materiais indígenas no Museu Lauro da Escóssia. Algumas vezes, o depositante parece ter chegado ao museu, desatulado ‘as pedras’ e ‘os cacos’ e logo em seguida saído, sem que o funcionário da instituição tivesse tempo para anotar seu nome e o lugar de onde vinham aquelas peças, mas a tempo de escapar caso o funcionário não aceitasse ficar com aquelas ‘coisas velhas’.

De acordo com o relatório feito no ano de 2002, as formas de aquisição das peças do Museu Histórico Lauro da Escóssia aparecem como sendo apenas duas: a compra e a doação. O que chama a atenção nessa relação entre materiais comprados e materiais doados é que a quantidade de doadores é bastante ampla, superando a casa dos 30, em comparação ao pouco mais de dois terços da coleção adquirida por meio da doação. Enquanto isto, o universo de peças

adquiridas através da compra é repartido apenas entre duas pessoas: o senhor Oswaldo Lamartine de Faria e o Doutor Jonas de Oliveira Leite. Ou seja, o interessante destas variantes é que, embora as doações sejam a grande maioria, a compra de peças foi o modo como 32% dos materiais, dos atuais 192 artefatos que apresentam a forma de aquisição, entraram no Museu Lauro da Escóssia (Gráfico 2).

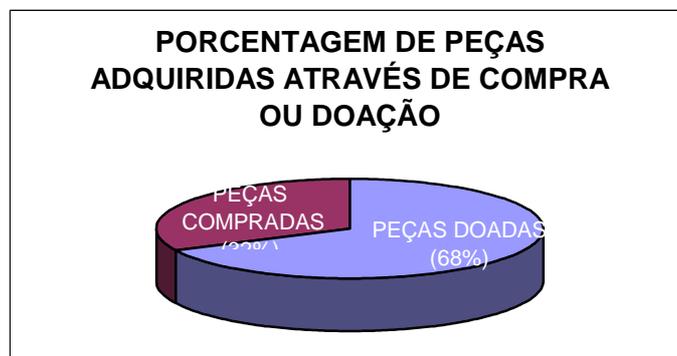


Gráfico 2. As principais formas de aquisição das peças indígenas do Museu Lauro da Escóssia, segundo relatório feito em 2002.

O perfil dos doadores da coleção vai desde agricultores até homens de letras, contudo, ao menos como forma de se traçar um perfil dos doutos que tributaram peças ao Museu Lauro da Escóssia vemos o senhor Oswaldo Lamartine como o mais apropriado, uma vez que 47 peças da atual coleção arqueológica saíram de sua coleção particular.

Esse escritor potiguar, de acordo com os atuais registros é o que mais forneceu peças para a formação da coleção indígena. Oriundo do sertão norte-rio-grandense, Oswaldo Lamartine é descendente *das velhas e nobres famílias patriarcais e povoadoras do Seridó*.³⁵ Oswaldo Lamartine estudou no colégio Pedro II, Rio de Janeiro, depois foi ao Recife e retornou ao Rio de Janeiro para depois vir a completar seus estudos na Escola Superior de Agricultura de Lavras, Minas Gerais.

Tido por pesquisadores brasileiros, por exemplo, Gilberto Freyre, como sendo um grande etnógrafo, Oswaldo Lamartine mostra-se uma exceção devido ao seu recato no sertão do Rio Grande do Norte, de onde não desejou sair para atender a convites de conferências a serem proferidas em locais como o Museu Nacional no Rio de Janeiro. Citado por Estevão Pinto, autor de obras sobre etnografia indígena, Oswaldo Lamartine parece ser aquele que *coletou, ordenou e classificou as primeiras peças líticas para um estudo da arqueologia do sertão*.³⁶

Pensando provavelmente nesta arqueologia é que Oswaldo Lamartine reuniu uma relevante coleção, que se via constantemente acrescida por materiais provenientes de lugares onde o sr. O. Lamartine tem parentes que lhe presenteavam com pedras de corisco.³⁷ (Grifo da autora)

Oswaldo Lamartine parece ter sido um daqueles pesquisadores que, ainda 'à moda do século XIX', coletava e classificava os objetos para, após ter tirado suas conclusões, guarda-los em um museu. Esta última tarefa não se tornou difícil tendo em vista a sua grande amizade com Vingt-Un Rosado, um dos maiores, senão o maior dos incentivadores da criação e manutenção do Museu Mossoroense. Contudo, dúvidas ainda permanecem, pois, por que os materiais de Oswaldo Lamartine aparecem como tendo sido adquiridos pelo Museu de Mossoró através da compra, uma vez que o perfil observado não condiz com este tipo de atitude?

A forma de aquisição das peças de uma coleção seja ela arqueológica ou não, é condição *sine qua non* para um bom manuseio do material e um melhor entendimento deste quando estiver em exposição. Descontextualizado, sem informações sobre o que o cercava na hora de sua fabricação e no momento em que deixou de ser usado, assim como sem as informações sobre quem o executou e para que o executou, o objeto passa à esfera de um óbice, ou seja, tornar-se um empecilho, pois não faculta uma visão mais ampla a seu respeito.

Destarte, percebe-se que o princípio de pesquisar os materiais para depois expô-los, adotado pelos primeiros museus brasileiros e no Rio Grande do Norte pelo Museu Câmara Cascudo durante o período em que funcionava o Departamento de Antropologia desta instituição, não condiz com a realidade do Museu Histórico Lauro da Escóssia. Assim sendo, não só a exposição, mas também o trato com os materiais indígenas neste museu apresentam a especificidade de serem executados à luz de recursos viabilizados por uma história acerca dos grupos humanos sob os quais versa a coleção, ou seja, a coleção arqueológica é tratada, principalmente, sob o viés da historiografia tradicional brasileira e norte-rio-grandense.

O que se apreende dessa cultura material

Sujeito canhestro, mercador de pau-brasil, personagem que absteve-se de praticamente todo o processo de construção do Brasil. Indivíduo de vida rude, hoje semelhante aos 'caboclos sertanejos' que herdaram a valentia, mas não a preguiça do indígena. Bárbaro e detentor de uma cultura efêmera, desprovida de monumentalidade, tais foram os estereótipos formulados a respeito

das sociedades indígenas, principalmente, enquanto parte de uma concepção ideológica que se fez a nível brasileiro.

A historiografia brasileira tradicional, pautada na concepção positivista, que privilegiou a ação dos 'heróis nacionais', em detrimento de outros sujeitos históricos, teve respaldo na política de preservação em nosso país. Elegemos, no decorrer da história os bens culturais representativos dos segmentos dominantes, sobretudo os ligados ao elemento de origem européia, e relegamos ao esquecimento a contribuição de outros segmentos étnicos na formação da cultura brasileira.³⁸

Tratam-se assim, de produções historiográficas que deram margem a concepções museográficas no Lauro da Escóssia, de tal forma que neste também pode ser observada uma certa valoração do tipo: "A espada que D. Pedro I utilizou quando proclamou a Independência", ou "O bacamarte de Domingos Jorge Velho". No caso indígena, tem-se uma espécie de mitificação que não foi dotada da mesma exuberância com que foi tratado o elemento Bandeirante, o qual também pode ser caracterizado como uma mitificação *imposta como uma ideologia de massa graças à manipulação da cultura material*.³⁹

A mitificação do indígena na historiografia foi preconceituosa na medida em que descaracterizou os elementos culturais de etnias que passaram a ser tratadas tal qual em alguns museus tradicionais, onde de certa forma ainda são tidos *como exóticos, fósseis vivos da espécie humana*.⁴⁰

A presença indígena posta a partir dessa perspectiva não faculta a reflexão, torna-se, no caso museográfico, a exposição pura e simples de objetos e contribui para o esquecimento de uma memória já bastante fragilizada. Até mesmo o ideal de formação étnica nacional tendo por base a junção de 'três raças' não pode ser representado em uma historiografia que evidencia uma continuidade histórico-cultural apenas para o branco colonizador, enquanto o indígena aparece e desaparece isoladamente.

No plano museográfico esta ação vê-se reproduzida em exposições que, por exemplo, não mostram elementos da cultura material européia agregados ao uso indígena, ou até mesmo os espólios que demonstrassem o contato interétnico. Nesse tipo de exposição, por diversas vezes, o indígena continua sendo aquele que vivia sob uma cultura inferior e era incapacitado de fazer uso de objetos 'civilizados'.

Caso tais assertivas não representem de fato o que se pensa quando uma exposição é elaborada, ao menos é o que se pode apreender destes quando expostos, ou de uma historiografia que reforça esta idéia. Ainda no que diz respeito ao museu, vê-se que ele *suprime o tempo e a presença de agentes da História*.⁴¹

Tratando-se a Coleção Indígena do Museu Histórico Lauro da Escóssia a partir de um ponto de vista apenas historiográfico, não se observa uma concepção que reconheça a heterogeneidade e perceba a diferença como algo além da inferioridade.

Pensando-se assim, até mesmo a concepção de um 'objeto portador de passado' torna-se inviabilizada, já que aos olhos de um observador comum, o bacamarte de Domingos Jorge Velho representa muito mais do que a flecha utilizada por um caçador indígena quando no abate de sua presa.

No caso de uma coleção arqueológica formada através da entrega de materiais, o elemento de ligação destes objetos com as sociedades que os executaram esta mais próxima do relato de como estes foram apreendidos por observadores alheios a cultura indígena, neste caso os cronistas ou os etnógrafos, do que da produção histórica cientificamente constituída.

A concepção de uma coleção indígena inserida em uma temática sobre 'A terra e o homem do Oeste potiguar', não pode deixar de pensar os objetos dessa coleção enquanto produtos de sociedades humanas que não aparecem e desaparecem em 'lampejos históricos', mas sim como grupos que já estavam aqui, que continuaram existindo e que, como sempre haviam aprendido a fazer, se adaptaram a um meio hostil. Ao nos remetermos à forma de apreensão da Coleção Arqueológica do Museu Lauro da Escóssia não estamos particularizando-a em forma correta ou incorreta de expô-la, mas sim apercebendo-se de sua especificidade por tratar uma coleção que também é arqueológica sob um viés apenas historiográfico e também de que o tempo passa e com ele chegam novas formas de se enxergar os materiais.

Esta mudança deve ser acompanhada não só por quem escreve, ou escreveu, a respeito das sociedades indígenas, mas por quem busca nestes escritos uma forma de expor a cultura material indígena, entendendo ainda que eles não são a única referência a ser buscada.

Talvez, novas formas de ensino e de pesquisa, ou as mesmas que se usam atualmente, só que sob novas perspectivas, possam *nos indicar um caminho para que os saberes locais, tendo a cultura material como instrumento de ensino, abranjam cada vez mais a vida em sociedade destes outros, que, de forma geral, permanecem à margem.*⁴² (Grifo da autora)

O cerne desta discussão parece ser uma concepção voltada para uma coleção museográfica indígena contrária à manutenção ideológica, tão presente nos discursos históricos quanto em outras áreas do saber, mas que vem tentando ser suplantado, inclusive, pela ciência arqueológica que acreditamos possa dar uma contribuição valorosa no estudo e por sua vez, também no trato com a Coleção Indígena do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

Considerações finais

‘Visualizar o passado’ por meio da cultura material é também atribuir um tipo de valor aos objetos. Tal ação perpassa pelo hábito de colecionar materiais e remonta à Antigüidade, posteriormente, ao período do Renascimento e deu vazão ao aparecimento dos gabinetes de curiosidades, tidos por alguns pesquisadores como o prenúncio dos museus.

A criação de leis específicas de proteção ao patrimônio e a formação de ambientes propícios estão no bojo do surgimento dos museus enquanto espaços de visualização pública. Somando-se a estes fatores, temos a busca por uma cientificidade como contribuinte para que o século XIX viesse a se tornar o ‘século dos museus’.

Desde seus auspícios notamos que o museu enquanto instituição, justamente por ser didático e representar concepções políticas, atua como mantenedor de um passado muitas vezes mítico. Embora nem sempre percebida, podemos dizer que esta ação é ocultada muitas vezes por critérios técnicos da museologia, ou das ações museológicas.

Estas ações muitas vezes herdaram dados de ciências como a arqueologia, a qual, mesmo ainda incipiente no século XIX, atuou dando suporte a concepção de progresso humano. Aliou-se à arqueologia uma ciência antropológica em sua fase inicial e assim assentaram-se as bases necessárias para a proliferação de museus e sociedades científicas direcionadas para a coleta, exibição/preservação e pesquisa/interpretação de uma cultura material. Todas podem ainda ser analisadas como instituições vinculadas a conhecimentos arqueológicos e etnográficos, ou à formação de uma cultura nacional e popular.

No Brasil esse tipo de atuação não deixou de ser executada e após um período de total dedicação ao naturalismo dos viajantes europeus, conhecemos a chamada ‘era dos museus brasileiros’, os quais de certa forma continuaram a ser abrigo para pesquisadores europeus e também mantiveram-se fiéis ao estudo das Ciências Naturais (Zoologia e Botânica, entre outras). Apesar disto, este revela-se como o período em que as ciência arqueológica deu seus primeiros passos no Brasil.

As instituições que fomentaram este caminhar das ciências naturais e das ciências tidas como não tão naturais assim, como é o caso da arqueologia, foram o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Na gênese de cada uma destas instituições encontramos conjunturas políticas, econômicas e sociais distintas bem como formas de lidar com a produção científica diferenciadas. Contudo, todas se mostram ávidas por travar contato com instituições congêneres em outros países, principalmente europeus. Além disso, estes museus foram

marcados pela tentativa de homogeneizar as identidades brasileiras em prol de uma identidade nacional.

Na conformação destas identidades coube uma grande parcela à produção historiográfica e seus organismos específicos, no caso os Institutos Históricos e Geográficos. Nesses lugares, em particular no Nordeste do Brasil, observou-se o papel de destaque ocupado pela cultura material, os objetos atuaram como divisores de água entre os grupos majoritários nas identidades local e regional e os grupos que margearam esse processo, em meio aos quais figuram com grande ênfase as sociedades indígenas. A resultante desse processo, em alguns casos, foi a reprodução desses padrões nos museus criados na região Nordeste, alguns dos quais possuíam como base teórica para suas exposições a produção histórica nacional e, principalmente, local.

Aliás, as realidades locais mostraram-se como suportes necessários para a formação de estruturas culturais, as quais também não deixam de ser ideológicas. Sob esta perspectiva é que se viu a realidade da região Oeste do Rio Grande do Norte como favorável à criação do primeiro museu do estado, justamente porque nessa localidade foram aglutinadas as condições políticas, sociais e econômicas favoráveis a tal empreitada.

No Museu Histórico Lauro da Escóssia, instituído no final da década de 1940, criaram-se as situações que permitiram, à luz de um estudo de sua coleção arqueológica, ou coleção indígena, enxergar no trato com a cultura material uma influência ideológica coesa com a que encontramos em obras de teor histórico, principalmente, por exemplo, nas sínteses da História do Rio Grande do Norte.

A Coleção Indígena desse museu é palco de reflexões acerca de uma mitificação identitária que, sob várias perspectivas, reforça idéias depreciativas acerca dos grupos indígenas. As formas de aquisição dos materiais sem dúvida são pontos cruciais para a percepção de que, na contramão de museus que são centros de pesquisa e fulcro de atividades pedagógicas, o Museu Lauro da Escóssia travestiu-se apenas de concepções teóricas unívocas e tradicionais.

Essa atitude contribuiu para que no âmbito da cidade de Mossoró fosse formulado um contexto específico de manutenção identitária, através da manipulação dos objetos e das concepções que orientaram esta manipulação, tal contexto deveria estar circunscrito ao final do século XIX e três primeiras décadas do século XX e não ao longo de todo período estudado, 1948 – 2002.

Ao iniciar este estudo a principal indagação era a respeito do porquê de se tratar objetos arqueológicos apenas como históricos? Percebeu-se que em um país onde a continuidade étnico-cultural é de difícil ligação, lidar com estudos relativos a sociedades indígenas é tarefa coletiva e

não apenas de uma ciência como também notou-se, que na tentativa de compor concepções contrárias à mitificação ideológica presente em alguns discursos, principalmente o historiográfico, temos de ser um pouco mais bravios e superar os obstáculos de ordem social, política e econômica, mas enfaticamente os teóricos, com o objetivo último de recuperar e preservar nossas memórias patrimoniais.

Fontes

CASTRO, Jorge de, LIMA, Roberto Costa. Museu Municipal de Mossoró resiste ao desinteresse de administradores. In: **Tribuna do Norte**, 31 de outubro de 1979;

MAIA, Geraldo. O Paço Municipal. In: **O Mossoroense**, Nossa História, 07 de abril de 2004;

O Mossoroense, Caderno Cotidiano, 05 de fevereiro de 2002;

O Mossoroense, Caderno Cultura, 31 de março de 1949;

ROLIM, Isaura Éster Fernandes Rosado. Bibliografia sobre o Museu Municipal de Mossoró. In: **O Mossoroense**, 13 de março de 1994;

SANTOS, Nilo. Museu de Mossoró espera um lugar definitivo para guardar a memória. In: **Diário de Natal**, DN hoje – 2º Caderno, 09/02/1980.

Bibliografia

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: EDUNESP, 1994;

BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. In: **Revista USP**. n. 44, dezembro/fevereiro 1999-2000. São Paulo: USP, 2000;

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. In: **Proj. História**. São Paulo, nov., 1998. p. 281-315;

- BRUNO, M. C. O. A trajetória do Museu do Índio como fonte para a investigação da a inserção social do desenvolvimento e construção do conhecimento nas disciplinas de Arqueologia e Antropologia. In: **Artigos/Arqueologia, História, Estratégia**. Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos/UNICAMP, 1999;
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. In: **IDÉIAS**. Campinas: UNICAMP, n. 2, jan/jun, 1995;
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia**: vasilhas da coleção tapajônica MAE – USP. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002;
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1995;
- MARTIN, Gabriela. **A coleção arqueológica do Museu de Mossoró (RN)**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1983. Série B. n. 235. (Coleção Mossoroense);
- ROBRAHN-GONZÁLES, Érika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. In: **Revista USP**. n. 44, dezembro/fevereiro 1999-2000. São Paulo: USP, 2000;
- ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: Bittencourt, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. ed. 7. São Paulo: Contexto, 2002;
- SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **Arqueologia Guarani**: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003;
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;
- SEREJO, Vicente. In: **O sertão de nunca mais**: Oswaldo Lamartine na Academia Norte-riograndense de Letras. Natal: Sebo Vermelho: Fundação Vingt-Un Rosado, 2002. Série B, n. 2100. (Coleção Mossoroense);
- SILVA, Antônio Campos e. **Levantamento do material pré-histórico do Oeste potiguar**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1983. Série B, n. 329. (Coleção Mossoroense);
- SOARES, Luci de Lourdes. Notas a lápis sobre a arqueologia norte-riograndense. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982. Série B, n. 381. (Coleção Mossoroense).

Notas

-
- ¹ BANN, Stephen. As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado, p. 166-167;
- ² BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. In: *Prow. História*, p. 282;
- ³ BANN, Stephen. Op. cit., p. 156;
- ⁴ *Ibid.*, p. 166;
- ⁵ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Op. cit., p. 286.
- ⁶ *Ibid.*, p. 286;
- ⁷ BANN, Stephen. Op. cit., p. 167;
- ⁸ POMMIER, E. Apud.: BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Op. cit., p. 296;
- ⁹ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Op. cit., p. 298;
- ¹⁰ ROBRAHN-GONZÁLES, Érika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. In: *Revista USP*, nº 44, p. 13;
- ¹¹ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Op. cit., p. 315;
- ¹² SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, p. 69;
- ¹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Apud.: BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. In: *Revista USP*, nº 44, p. 37;
- ¹⁴ BARRETO, Cristina. Op. cit., p. 33;
- ¹⁵ LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX, p. 12;
- ¹⁶ BARRETO, Cristina. Op. cit., p. 38;
- ¹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. cit., p. 92;
- ¹⁸ *O Mossoroense*, Caderno Cultura, 31 de março de 1949;
- ¹⁹ *Ibid.*;
- ²⁰ SANTOS, Nilo. Museu de Mossoró espera um lugar definitivo para guardar a memória. In: *Diário de Natal*, DN hoje – 2º Caderno, 09/02/1980;
- ²¹ *Ibid.*;
- ²² *Ibid.*;
- ²³ CASTRO, Jorge de, LIMA, Roberto Costa. Museu Municipal de Mossoró resiste ao desinteresse de administradores. In: *Tribuna do Norte*, 31 de outubro de 1979;
- ²⁴ *O Mossoroense*, Caderno Cotidiano, 05 de fevereiro de 2002;
- ²⁵ MAIA, Geraldo. O Paço Municipal. In: *O Mossoroense*, Nossa História, 07 de abril de 2004;
- ²⁶ CASTRO, Jorge de, LIMA, Roberto Costa. Op. Cit;
- ²⁷ ROLIM, Isaura Éster Fernandes Rosado. Bibliografia sobre o Museu Municipal de Mossoró. In: *O Mossoroense*, 13 de março de 1994;
- ²⁸ *Ibid.*;
- ²⁹ BARRETO, Cristina. Op. cit., p. 33;
- ³⁰ *Ibid.* p. 33;
- ³¹ GOMES, Denise Maria Cavalcante. Cerâmica Arqueológica Amazônica: vasilhas da coleção tapajônica MAE – USP, p. 15;
- ³² MARTIN, Gabriela. A coleção arqueológica do Museu de Mossoró (RN), p. 75;
- ³³ *Ibid.*, p. 74;
- ³⁴ SILVA, Antônio Campos e. Levantamento do material pré-histórico do Oeste potiguar, p. 82;
- ³⁵ SEREJO, Vicente. In: *O sertão de nunca mais: Oswaldo Lamartine na Academia Norte-rio-grandense de Letras*, p. 25;
- ³⁶ *Ibid.* p. 43;
- ³⁷ SOARES, Luci de Lourdes. Notas a lápis sobre a arqueologia norte-rio-grandense, p. 26;
- ³⁸ SANTOS Apud. ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: *Bittencourt, Circe*. Op. cit., p. 135;
- ³⁹ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. In: *IDÉIAS*, p. 43;
- ⁴⁰ BRUNO, M. C. O. A trajetória do Museu do Índio como fonte para a investigação da inserção social do desenvolvimento e construção do conhecimento nas disciplinas de Arqueologia e Antropologia. In: *Artigos/Arqueologia, História, Estratégia*, p. 3;
- ⁴¹ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Op. cit., p. 37;
- ⁴² SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena, p. 62.